

## Os portugueses na formação de Petrópolis, cidade imperial: marcas, expressões e memórias urbanas

### The Portuguese in the formation of Petrópolis, imperial city: marks, expressions and urban memories

Elis Regina Barbosa Angelo<sup>1</sup>

**Resumo:** A cidade de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, reconhecida como “cidade imperial”, tem como um dos protagonistas de sua gênese, os portugueses, especialmente os advindos das ilhas açorianas. Após sua fundação, em 1843, o governo provincial, com o intuito de trazer trabalhadores para as obras da Estrada da Serra da Estrela, promoveu a vinda de muitas famílias açorianas, que compuseram vilas de imigrantes. Objetivamos estudar as expressões (i)materiais que os identificam, considerando suas especificidades. A construção das diferentes atividades culturais trouxe, por meio de bens materiais e imateriais, a ressignificação de suas heranças tradicionais visualizadas nas manifestações, como a criação de espaços físicos de suas festas, de valores, hábitos e tradições, até a construção do sentido cultural, continuado por gerações. A comida, o “bar”, os “doces” – lugares de memória – e outras expressões, diluídas, em certa medida, misturaram-se às várias demonstrações, mas permaneceram transformadas e reescritas, como marcas, pelos bairros. Metodologicamente, foram efetuadas a revisão bibliográfica e a observação participante. Como considerações e direcionamentos da pesquisa encontram-se as relações entre memória, habitus, identidades, processos de imigração, religião e, na sua construção, o olhar participante.

**Palavras-chave:** imigração; Portugal; Petrópolis; Lugares de Memória; expressões

**Abstract:** The city of Petrópolis, in the mountain region of Rio de Janeiro, known as “imperial city”, has as one of the protagonists of its genesis, the Portuguese, especially those arising from the Azorean Islands. After its founding in 1843, the provincial government in order to bring workers to the works of Estrada da Serra da Estrela, promoted the coming of many Azorean families, who composed immigrants villages. We aimed to study the expressions (i)materials, which identify considering its specificities. The construction of different cultural activities brought, through material and immaterial goods, the redefinition of their traditional heritage, viewed in

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do NEPET – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo. *E-mail:* elis@familiaangelo.com

the demonstrations, such as the creation of physical spaces of their parties, values, customs and traditions, to the construction of cultural meaning, continued for generations. The food, the “bar”, the “sweets” – places of memory – and other expressions, diluted to some extent, blended the various statements, but remained transformed and rewritten, as marks the neighborhoods. Methodologically, it was carried out literature review and participant observation. As considerations and directions of research are the relationships between memory, *habitus*, identity, immigration processes, religion and, in its construction, the participant look.

**Keywords:** immigration; Portugal; Petrópolis; Places of Memory; demonstrations

## Introdução

Neste artigo, pretende-se estudar as expressões (i)materiais identificadoras dos imigrantes portugueses, considerando suas especificidades. As diferentes atividades culturais realizadas por eles trouxeram, por meio de bens materiais e imateriais, a ressignificação das heranças tradicionais, que podem ser vistas nas manifestações e expressões, como a invenção de espaços físicos de festas, de espaços simbólicos dos valores, hábitos e tradições, numa construção do sentido cultural de origem, continuado por gerações. De certa forma, a culinária típica, o “bar”, os “doços” – lugares de memória – e outras manifestações, embora, em certa medida, diluídas, misturaram-se às várias outras demonstrações da população, permanecendo transformadas e reescritas, como marcas, pelos bairros da cidade de Petrópolis.

A cidade tem, na sua essência, marcas e expressões de Portugal, trazidas pelos imigrantes. Grande parte das publicações e pesquisas sobre sua especificidade imigratória volta-se para a maciça colonização alemã, deixando de lado outros protagonistas, como os portugueses. Este trabalho buscou marcas lusas na cidade, a fim de trazer um pouco das histórias escondidas ou pouco visualizadas no cotidiano da população petropolitana.

Utilizou-se a observação participante, um método que consiste na inserção e aceitação do pesquisador por parte do grupo/indivíduo ou contexto a ser analisado. Logo, essa forma de entender a cidade buscou não apenas compreender a conjuntura, mas o movimento, a lógica própria que move cada um do coletivo em seu cotidiano. No caso dessa investigação, a observação foi favorecida pela residência da pesquisadora ser na mesma cidade, o que beneficiou também a criação de laços com as histórias individuais e grupais, os contextos e as lutas pelo espaço. Essa metodologia foi considerada adequada por se entender que, observar e participar, para qualquer interpretação, favorece respostas mais precisas e menos distanciadas, apesar do distanciamento afetivo do objeto, pois, além das respostas virem com o tempo, aperfeiçoa-se com a observação e a participação.

A pesquisa também contou, como instrumentos de trabalho, com o diário de campo, o gravador, a máquina fotográfica e filmadora, além da nossa própria percepção na construção da análise e posterior categorização dos dados. Neste sentido, a obra de Bronislaw Malinowski, *Argonautas do Pacífico Ocidental*, foi a inspiração, o caminho e o marco para essa percepção.

## 1. Os imigrantes portugueses e as primeiras sesmarias da região que formou Petrópolis: a história do Bairro de Corrêas

A cidade de Petrópolis, situada na região serrana do Rio de Janeiro, é, reconhecidamente, de vocação histórica, cultural, turística e ecológica, sendo partícipe da história do Império no Brasil. Apesar de ser também uma cidade de imigração alemã, tem uma narrativa histórica pautada por múltiplas nacionalidades, incluindo os portugueses.

Antes da existência da cidade imperial, algumas considerações sobre o legado cultural de Portugal, percebido nos quatro cantos da cidade de Petrópolis, contam um pouco dos traços e expressões advindos desse país.

No vale do Piabanha, em 1721, Luís Peixoto da Silva adquiriu as terras nas margens do Rio da Cidade, vendendo-as, posteriormente, para Manoel Antunes Goulão. Sobre essa questão, alguns documentos mencionam o apadrinhamento por Goulão em casamentos e batizados na região onde vivia, acrescido de memorialistas, como monsenhor Pizarro de Araújo, que, conforme citação no 3.º volume de suas *Memórias Históricas*, relaciona as capelas do Antunes da seguinte forma:

Além da mesma serra existem, primeiro a de Nossa Senhora do Amor de Deus, construída por Manoel Antunes Goulão em sítio próximo ao rio que chamam da Cidade, com provisão de 29 de outubro de 1749. Benzida a 29 doutro mês semelhante de 1751, teve faculdade para usar de pia batismal em benefício dos moradores de todo o distrito sobre a Serra, a quem era impraticável o recurso à Matriz, pela aspereza dos caminhos e longitude excessiva; 2.<sup>a</sup> de Nossa Senhora da Lapa, levantada na fazenda que se conhece com o nome de Secretário<sup>2</sup>.

Há controvérsias sobre esse processo de aquisição das terras e datas de fundação da capela. No entanto, sabe-se que a família foi responsável pela formação das festividades religiosas na região, desde os anos de 1730, aproximadamente. Manoel Antunes Goulão ao escolher a propriedade do Rio da Cidade para viver mais perto da Corte, casou-se com Dona Brites Maria de Assunção Goulão de quem teve cinco filhos, entre eles, dois padres formados em Coimbra, e três filhas, os quais vieram a herdar significativa quantidade de terras, dentre as quais estão Santo Antônio, Fazenda das Arcas, Samambaia, Itamarati, Olaria, São José e Retiro<sup>3</sup>.

Manuel Antunes Goulão, em pouco tempo, demarcou uma nova expressão para manter os costumes portugueses na região. Assim, em outubro de 1749, pediu licença à Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro para edificar uma capela em sua fazenda, dedicada a Nossa Senhora do Amor de Deus, e que, após sua morte, foi construída por seu filho, o padre Antônio Tomás de Aquino Corrêa<sup>4</sup>, quando este, por herança, assumiu a administração da propriedade. A fazenda, lugar onde ela foi erigida, pertenceu ao padre Corrêa até 1824, ano de sua morte. Passou então a casa a sua irmã e depois à filha desta que a arrendou à Companhia União e Indústria, a quem se deve a transformação do solar em albergue e cocheira. Terminado este contrato, a casa entra em decadência, ficando por anos abandonada. Por volta de 1918 foi transformada no Hotel D. Pedro e hoje abriga a residência das irmãs vicentinas que administram a escola anexa (Figuras números 1 e 2).

2 Citado por SILVEIRA, 1942: 215.

3 MACHADO, 1941: 49-60.

4 "A casa da Fazenda do padre Corrêa, com a Capela de Nossa Senhora do Amor de Deus, foi construída no século XVIII, por volta de 1750. Foi seu proprietário o padre Antônio Tomás de Aquino Correa, citado por inúmeros viajantes que passavam pela fazenda. Era o um dos pontos de paragem dos tropeiros que vinham pela variante do Caminho Novo de Bernardo Proença. Ficou famosa no século XIX por abrigar diversos membros da família imperial, inclusive D. Pedro I, que nela se hospedou por alguns meses logo antes de proclamar a independência" (INEPAC, 2004: 119).



**Figura n.º 1 – Fazenda Padre Corrêa.**

Fonte: INEPAC, 2004: 119.



**Figura n.º 2 – Fazenda Padre Correa, Frontal da Capela Nossa Senhora do Amor Divino.**

Fonte: INEPAC, 2004: 119.

Acredita-se que a imagem da padroeira dessa pequena capela veio de Portugal para a solenidade de sua inauguração em 1751. Ao longo dos anos serviu para a celebração de missas, casamentos e outros encontros religiosos e acabou por se tornar uma capela pública, permanecendo como uma das heranças do atual bairro de Corrêas<sup>5</sup>. Até o final do século XVIII, em todos os documentos eclesiásticos é referida com o título de Nossa Senhora do Amor Divino e em 1970 foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, considerando: “O Retábulo e a imagem de Nossa Senhora do Amor Divino, assim como a mesa de comunhão, duas credências e o arcaz da sacristia, que pertenceram à capela da antiga casa situada à rua Castro Alves n.º 182, em Correias, atualmente incorporadas à igreja matriz”<sup>6</sup>.

A Igreja de Corrêas, atual Santuário Diocesano de Nossa Senhora do Amor Divino, carrega em sua história a própria lembrança dos primeiros portugueses que construíram o distrito e compõem as memórias da cidade imperial, pois, nas trajetórias de vida da família Corrêa e das terras do rio da Cidade ampliava-se a vida religiosa e social da região. Ou seja, “A sesmaria de rio da Cidade foi, portanto, onde a ocupação da região da futura cidade ganhava contornos mais humanos, com a construção, não só de igrejas, mas de um cemitério e também de outras edificações e espaços vitais para o funcionamento do cotidiano de uma sociedade e seus rituais”<sup>7</sup>. A então Irmandade do Espírito Santo e de Nossa Senhora do Amor Divino, fundada em 29 de maio de 1928, responsabilizou-se pela construção desse novo templo e, em 17 de agosto de 1930, foi lançada a pedra fundamental quando recebeu da antiga capela a imagem de Nossa Senhora do Amor Divino. Mas precisava de apoio para ser finalizada. Para esse fim a referida irmandade realizou, com dedicação, quermesses, campanhas de solidariedade e de união, como manteve, também, os festejos ao Espírito Santo e à Nossa Senhora. Logo,

muita luta foi necessária para se obter recursos para a obra, mas o povo de Corrêas não decepcionou, bem como os devotos do Amor Divino. A 28 de agosto de 1932, dois anos após o lançamento da pedra fundamental, o novo templo, “sóbrio e confortável, com muita graça, muita luz, muito ar e excelente acústica, abria-se solenemente ao culto público”<sup>8</sup>.

A Igreja de Corrêas (Fig. n.º 3) abriga parte da antiga capela, ao receber dela o altar – “admirável exemplar de obra de entalha – e a bela imagem de Nossa Senhora do Amor Divino que ganhou seu novo trono” (Fig. n.º 4), além de ter em sua essência o viés português, nas imagens e em seu interior. E mais, apresenta a figura do Espírito Santo tanto na fachada quanto nos vitrais e faz menção à padroeira, fatos que remontam à antiga capela da família Corrêa. Portanto, o Bairro “Corrêas preservou a tradição de 200 anos, iniciada na fazenda Rio da Cidade e continuada na fazenda do padre Corrêa”<sup>9</sup>.

5 SOARES, 2014.

6 IPHAN, 1970: 496

7 SOARES, 2014: 64.

8 COMUNIDADE, s.d.

9 COMUNIDADE, s.d.



**Figura n.º 3 – Santuário Diocesano de Nossa Senhora do Amor Divino.**

Fotografia de Elis Regina Barbosa Angelo, 2014.



**Figura n.º 4 – Nossa Senhora do Amor Divino Fonte.**

Fotografia de Elis Regina Barbosa Angelo, 2014.

A imagem de Nossa Senhora cultuada pela comunidade religiosa de Corrêas foi doada para a Diocese pela

antiga fazenda da família Corrêa, apesar da capela ainda existir, e estar, atualmente, com as irmãs vicentinas. Percebe-se que essa representação da imagem de Nossa Senhora passou a ser um dos ícones do distrito de Corrêas, configurando-se como um elo na formação do espaço, dos laços e mesmo nas relações entre o sagrado e o profano. Essas relações entre o sagrado e o profano estão intrinsecamente ligadas na relação da comunidade com o espaço e com as imagens dos santos que lhe pertencem, não apenas como identificação, mas como ela vê o mundo e suas crenças. Sabe-se que

o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história. Estes modos de ser do Mundo não interessam unicamente à história das religiões ou a sociologia, não constituem apenas o objeto de estudo histórico, sociológico, etnológico. Em última instância, os modos de ser sagrado e profano dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmos e, conseqüentemente, interessam não só ao filósofo, mas também a todo investigador desejoso de conhecer as dimensões possíveis da existência humana<sup>10</sup>.

Essas formas de viver o cotidiano e as relações com o sagrado fazem parte dos católicos de Petrópolis, desde as primeiras chegadas dos grupos de portugueses na região, e puderam ser percebidas por alguns autores que se debruçaram sobre este assunto, em especial, nos açorianos.

Sobre os remotos festejos do Espírito Santo, algumas considerações merecem destaque:

Ao domingo, guardado de obrigações, reuniam-se ora em casa de um, ora em casa de outro, e os bailes faziam-se ao som da harmônica e decorriam com entusiasmo e emendavam a noite com o dia. Entoavam ladainhas na casa do devoto a quem coubera a honra de guardar naquele ano a bandeira do Divino, mercê escolhida por sorteio no dia da grande festa de Pentecostes. Praticavam a devoção do Espírito Santo com todas as peculiaridades usadas nas suas ilhas, com a coroação de um menino, escolhido à sorte, e que acompanhava a procissão com vestimenta de príncipe, de bastão e coroa, seguido de uma guarda de honra; usança praticada nos Açores, mas que aqui não subsistiu por estar fora da liturgia, que no tocante a coroações só reconhece a de Maria Santíssima. Realizavam famosos leilões de prendas em que predominavam os vitelos, os leitões, o vinho, os artísticos bolos e as enormes roscas de pão doce. Praticavam as cerimônias religiosas diante do altar improvisado, onde se ostentava variada coleção de oleografias devotas, encimadas pelo quadro principal, uma caixa envidraçada contendo curiosa efigie do Santo Cristo, rodeada de emblemas e símbolos, trabalho de muito labor e minúcia de que os fabricantes das ilhas guardavam o segredo. Puxava a ladainha o mais respeitável do grupo; e um cântico de plangente e morosa ressonância elevava-se nos ares, sem paridade com a entoação criada pela Igreja. Hoje tudo isso pertence à recordação<sup>11</sup>.

Essas relações foram sendo transformados ao longo do tempo, porém, alguns elementos mantêm-se apenas

10 ELÁDE, 2001: 20.

11 MACHADO, 1941: 49-60.

na memória de alguns habitantes do bairro de Corrêas. Muitas das conexões com o passado desapareceram, como é o caso de festividades ao Espírito Santo, registradas em memórias da época e atualmente sumidas; outras foram mantidas, como o culto à Nossa Senhora do Amor Divino.

Sendo o homem um *homo symbolicus* e estando o simbolismo implícito em todas as suas atividades, todos os fatores religiosos têm, necessariamente, um caráter simbólico. Nada é mais certo se pensarmos que qualquer ato religioso e qualquer objeto cultural visam a uma realidade metaempírica. A árvore que se torna objeto de culto não é venerada enquanto árvore, mas enquanto hierofania [...]. E qualquer ato religioso, pelo simples fato de ser religioso, está carregado de uma significação que, em última instância, é “simbólica”, já se refere a valores ou figuras sobrenaturais<sup>12</sup>.

Os significados dos seus santos, das suas festas e de todos os símbolos criados pelos imigrantes vão, culturalmente, sendo ressignificados. No entanto, percebe-se que os valores expressados mantêm-se na simbologia.

## **2. A formação de Petrópolis e as memórias da região de Corrêas**

A construção urbana de Petrópolis, além de ser conhecida como uma das primeiras cidades planejadas do país, foi elaborada por meio da organização espacial de fazendas, que, na atualidade, configuram-se como bairros. Já foi visto que a sua fundação relaciona-se, simultaneamente, com a fazenda, a construção da capela de Nossa Senhora do Amor Divino e a própria história da hospitalidade de Antônio Tomás de Aquino Correia, conhecido como padre Corrêa.

Vários viajantes cruzaram seus caminhos na fazenda do padre, durante as viagens feitas por mulas pela estrada velha, quando subiam a serra e aí se abrigavam. Esta fazenda ficou famosa no século XIX por abrigar diversos membros da família imperial, inclusive o futuro D. Pedro I, que nela ficou hospedado, em 1822, durante suas passagens pelo Caminho do Ouro em viagem às Minas Gerais, logo antes de proclamar a independência do Brasil. O ter ficado aí alojado, despertou em D. Pedro o interesse nas terras da região serrana e, em especial, na fazenda do padre Corrêa, ao ponto de a querer comprar por diversas vezes, sem sucesso. Continuou, assim, servindo de casa de veraneio da família imperial antes da construção do Palácio Imperial<sup>13</sup>. De certa forma, esses momentos de paragem e hospitalidade na fazenda do padre Corrêa foram definitivos para que o clima, a possibilidade de criação de espaços mais suntuosos e o desejo de deslocamento para a região serrana no verão se tornassem aspirações da família imperial.

Em suas constantes visitas à fazenda, D. Pedro I foi adquirindo terras na sua proximidade. Às terras do Córrego Seco adquiridas em 1830, juntou outras posteriormente:

<sup>12</sup> ELÁDE, 1991: 217.

<sup>13</sup> TAULOIS, 2007.

D. Pedro I ainda adquiriu outras propriedades no entorno, no Alto da Serra, em Quitandinha e no Retiro, ampliando a área de sua fazenda. Ele poderia afinal realizar seu sonho de 1822, construindo um palácio de Verão. Como enfrentava dificuldades políticas na capital, desejando que reinasse paz entre a Nação e o Trono, passou a chamar o seu Córrego Seco de Fazenda da Concórdia, onde pretendia construir um palácio. Encarregou o arquiteto real Pedro José Pezerat e o engenheiro francês Pierre Taulois de um projeto que denominou Palácio da Concórdia, simbolizando a harmonia entre a Nação e o ramo brasileiro da Casa dos Bragança que tanto desejava. Mas a obra não foi realizada, pois no dia 07 de abril de 1831, o Imperador foi obrigado a abdicar para retornar a Portugal<sup>14</sup>.

A aspiração de D. Pedro em construir um palácio fora do Rio de Janeiro poderá dever-se, quer ao facto dos visitantes europeus não estarem habituados ao calor tropical, quer para qualificar sua condição imperial:

Dom Pedro I sentia a necessidade de construir um palácio fora do Rio de Janeiro, pois recebia muitas visitas da Europa não habituadas ao calor tropical. Construir um palácio na fazenda do Padre Correia seria muito oportuno pelo excelente clima da região que agradaria aos visitantes estrangeiros. Consciente ou inconscientemente, incomodava também ao Imperador, residências muito mais luxuosas que os seus palácios, todos eles muito simples. Um palácio de verão serra acima poderia ser mais qualificado para a sua condição imperial. Além disso, sua filha a princesinha D.a Paula, que tinha sérios problemas de saúde vindo a falecer prematuramente aos dez anos, passou um verão na Fazenda do Padre Correia e se sentiu muito bem, repetindo a estadia muitas vezes.[...] Em 1828, D. Pedro I, agora com sua segunda esposa D. Amélia, continuava a freqüentar a fazenda com D.a Paula. A comitiva imperial nunca tinha menos de cinqüenta pessoas e D.a Amélia sentiu que visitas tão avantajadas estavam trazendo muitos problemas para Da. Arcângela, irmã e herdeira do padre. Pediu, então, a Dom Pedro que comprasse a Fazenda. O Imperador se entusiasmou com a idéia, mas D.a Arcângela, alegando questões familiares de herança, não concordou com a venda. Ela mesma, talvez querendo se ver livre das incômodas e freqüentes visitas reais indicou a Dom Pedro I uma fazenda vizinha que estava à venda, a do Córrego Seco, pertencente ao sargento-mór José Vieira Afonso. Assim D. Pedro comprou o Córrego Seco por vinte contos de réis, preço considerado muito alto para o valor real da fazenda. A escritura de compra foi assinada em 1830<sup>15</sup>.

Apesar de seus anseios não terem sido efetivamente concretizados, por conta da sua abdicação do trono brasileiro, em 1831, seu sucessor, D. Pedro II, após sua morte em 1834, herdou as terras. Depois de uma série de arrendamentos das mesmas, Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial, teve a iniciativa de retomar os planos de Pedro I em construir um palácio de verão. O antigo trajeto feito por D. Pedro I, o Caminho Novo, já havia ficado em segundo plano com a construção da Estrada Normal da Serra da Estrela pelo engenheiro alemão Júlio Frederico Köeler, num projeto de melhoria e ampliação do acesso à Fazenda do Córrego Seco.

14 TAULOIS, 2007.

15 RABAÇO, 1985.

Em 16 de março de 1843 o jovem Pedro II, com 17 anos de idade, assinou o decreto n.º 155 determinando o arrendamento da fazenda ao major Júlio Frederico Köeler, reservando os terrenos necessários para que a cidade fosse povoada e para as obras de construção do Palácio Imperial (RABAÇO, 1985).

Os bairros, atualmente configurados, eram propriedades consideradas fazendas, em virtude de suas extensas áreas, nas quais foram paulatinamente construídos palácios e mansões e onde parte do I Reinado aspirou montar residência e alguns personagens do II Reinado passavam boa parte do ano.

Alguns arquitetos franceses e ingleses tiveram relevante papel na formatação dessas suntuosas edificações, que prevalecem em grande parte enquanto patrimônio histórico e cultural da cidade.

Petrópolis surgiu de um projeto do governo central, haja em vista o desinteresse dos grandes proprietários de terras em administrar novos modelos de exploração agrícola que até então contavam com a mão-de-obra escrava. Com a Lei de Terras n.º 601 promulgada em 1850 e regulamentada em 1854, a responsabilidade da província pela colonização e imigração descontentava os latifundiários, que agora tinham em mãos a diminuição de seus recursos com pagamentos a trabalhadores agrícolas<sup>16</sup>.

Petrópolis nasceu com a mentalidade de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Essa proposta, não apenas fundou uma cidade de imigrantes, como também definiu seus espaços, suas características e especialmente suas identidades.

Neste descortinar histórico, encontram-se os verdadeiros protagonistas da herança cultural da cidade, os imigrantes. “A primeira estatística da Colônia em 1845 indicava a presença de 15 franceses, 61 portugueses, 7 ingleses e mais 81 brasileiros e 1921 alemães”<sup>17</sup>. Hoje em dia, a cidade apresenta um reconhecimento no que se refere à maior expressão da emigração alemã, seus primeiros colonizadores<sup>18</sup>. A própria configuração física, por meio das edificações e manifestações culturais privilegia esse grupo de imigrantes, especialmente pelo conjunto de ações na urbanização e organização da cidade, além da expressiva *Bauernfest*, sobre a colonização alemã.

Embora isso, outros grupos de nacionalidades diversas, tais como os oriundos de Portugal, também expressam as especificidades de seus traços na arquitetura – praças e monumentos – e na própria culinária – restaurantes e bares. Destes grupos de imigrantes, alguns acabaram privilegiando espaços e traços de sua cultura, como é o caso dos alemães, que promovem a maioria das festividades anuais e traduzem, por meio de seus espaços e atividades, grande parte das características percebidas pelos turistas, seja na arquitetura, na gastronomia ou na construção do imaginário.

16 SEYFERTH, 1990: 9

17 TAULOIS, 2007.

18 SEYFERTH, 1990: 37.



**Figura n.º 5 – Monumento à Colonização da Cidade: “o imigrante”.**

Fotografia de Elis Regina Barbosa Angelo, 2015.

A representação do imigrante cristalizada no monumento faz parte da cidade, ao sublinhar o movimento de transformação do espaço pelo trabalho com a chegada do novo indivíduo ou grupo. O monumento encontra-se ao lado da Catedral São Pedro de Alcântara, no centro histórico da cidade (Fig. n.º 5).

A cidade modelou-se por movimentos norteadores de *habitus*, formas, dimensões e critérios dos mais variados grupos de imigrantes, mas teve na política de configuração preceitos, que se criaram e recriaram mediante os contatos culturais<sup>19</sup>. O trabalho foi uma forma de concentrar grupos, mas também fortaleceu essa constante relação de descoberta do outro e de suas formas de ver e viver o cotidiano. As interrelações dos imigrantes com a religiosidade, costumes e tradições foram demarcando áreas e formando outras comuns, que se definiam por meio das necessidades de sobrevivência. O comércio era um desses exemplos de encontro do outro. Em 1956, Petrópolis já concentrava um relativo número de estabelecimentos.

Os portugueses, principalmente açorianos, vieram trabalhar na construção da Estrada da Serra da Estrela, com a arte em pedras de cantaria, bem como no comércio. Juntamente com eles, surgiram as floriculturas<sup>20</sup>. Apesar de já ter sido mencionado anteriormente, vale enfatizar os colonos açorianos na construção dos territórios:

<sup>19</sup> BOURDIEU, 1989: 61.

<sup>20</sup> MACHADO, 1941.

A partir de 15/01/1836, com a fundação da Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, chegaram 9 mil colonos portugueses na capital da Província, sendo 6 mil das Ilhas Açores. Alguns desses colonos, sob as ordens de Koeler, foram trabalhar na construção da ponte do Rio Paraíba e mais tarde na conservação da Estrada Calçada de Pedras na Serra da Estrela. Eram 70 famílias com cerca de 150 pessoas. Vale ressaltar que muitos destes acima mencionados, permaneceram próximo à vila de Paraíba do Sul, Serra da Estrela e no Córrego Seco. Entre os açorianos que chegaram em 1836 que ficaram no Córrego Seco e cercanias consegui apurar os seguintes: Antônio José de Araújo, Antônio José Ferreira, João José Raposo, João Luiz Barbosa, Joaquim Manoel Moreira, José Manoel da Silva Abreu, José Maria Pereira da Costa, Manoel Gomes Ferreira, Manoel José dos Passos, Manoel José do Rego, Manoel de Oliveira Lima, Manoel dos Santos Costa e Manoel de Souza<sup>21</sup>.

Antonio Machado (1941), em seus apontamentos sobre os processos de colonização de Petrópolis, menciona entre os açorianos, especialmente os advindos da Ilha de São Miguel:

tornava-se muito intenso o número de portugueses das ilhas, principalmente de São Miguel, que demandavam as regiões do interior. Radicaram-se por todo o vasto território do vale do Piabanha desde os Corrêas até além de Pedro do Rio e espalharam-se pelas terras de quase todas as grandes propriedades rurais que existiam nos vales dos rios tributários daquele. Essas antigas propriedades agrícolas, pertencentes então quase todas à herdeiros abastados que preferiam a vida da Córte à vida ingrata dos campos, entravam já a desagregar-se, passando a constituir melhor negócio o rendimento cobrado a foreiros e a arrendatários. A corrente de imigrantes açorianos, excelentes colonos de ânimo resoluto e robustez de atletas, fora aliás provocada pelo governo provincial, sempre empenhado em desprezar o braço escravo, e que mandara vir dos Açores 150 trabalhadores, contratando-os para as obras da ponte metálica de Paraíba do Sul<sup>22</sup>.

Dos sítios em que os grupos de açorianos estabeleceram-se, está hoje o Bairro Cuiabá, no distrito de Itaipava, local onde ainda existe uma Irmandade do Espírito Santo, elemento que demonstra os traços culturais desse povo. Em outros bairros também permanecem reminiscências da fé açoriana, como no Alto Carangola e no Arraial do Bonfim, em Corrêas<sup>23</sup>. Apesar de estarem distribuídos pela cidade, as marcas e expressões advindas de outros tempos – sabores, cores, imagens –, símbolos e adequações vão traduzindo a presença dos portugueses na cidade.

Algumas das peculiaridades mais expressivas da cultura de Portugal estão condicionadas à alimentação, desde o restaurante tipicamente português, o bolinho de bacalhau do “bar do português”, até os doces comercializados nos mercados da cidade. E, inclusive, as expressões arquitetônicas, não apenas do período colonial, mas as de cunho institucional, como o edifício da Beneficência Portuguesa e as das edificadas no Império, até à formação do legado linguístico de grande parte da população. Quer dizer, as marcas lusitanas estão pela cidade.

21 OLIVEIRA, 1938.

22 MACHADO, 1941: 49-60.

23 MACHADO, 1941: 171-174.

As identidades vão se formando, a partir das relações estabelecidas no lugar e tornam esse lugar uma memória do vivido, sentido e experienciado. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’ formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”<sup>24</sup>. Os lugares vão sendo formas de manter a relação, mesmo inseridos em um processo social distinto, e resulta dessas dinâmicas mutantes e complexas que interagem no mundo vivido. A mesma lógica encontra-se na relação dos lugares de memória, como formas de identificar os indivíduos ou grupos na sociedade, portanto,

a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada<sup>25</sup>.

A cidade carrega essas marcas portuguesas, vistas em áreas comerciais, nas fachadas de casas, nas igrejas, nos templos e na iconografia de tempos, nas quais as expressões cristalizam-se de alguma forma.

Esses laços com o tempo e espaço, circunscritos no processo de e/imigração, demonstram um pouco da relação de lá e cá e, ao mesmo tempo, também formam um elo de pertencimento entre os países de origem e o atual. As formas de garantir na memória o laço com o passado vão definindo marcas na cidade, que ora representam grupos e etnias, ora, processos e fenômenos, como é o caso de e/imigração e das diversas histórias, que contemplam tanto pessoas quanto grupos estabelecidos na nova pátria.

A gastronomia em Petrópolis e em seus arredores, como a região de Itaipava, conta com alguns restaurantes, bares e a própria culinária dos doces tradicionalmente lusitanos. Os restaurantes possuem uma referência a Portugal e ao que ele representa na cidade, exemplificado pelo *Transmontano*. Da escolha dos paladares apresentados no cardápio (Fig. n.º 6) à decoração, prevalece a “alma” portuguesa. Das alheiras, prato tipicamente português – um enchido tipo linguiça de aves, pão, azeite, banha, alho e colorau – aos bolinhos de bacalhau, tradicionalmente conhecidos dos brasileiros, todos fornecem esse retorno aos sabores da terra natal, ao traduzir as receitas, os sabores, os cenários e as memórias cristalizados nas fotografias, na iconografia e na própria arquitetura do local.

24 HALL, 2000: 13.

25 FOUCAULT, 2008: 15.



**Figura n.º 6 – Cardápio do Restaurante Transmontano.**

Fotografia de Elis Regina Barbosa Angelo, 2015.

Os doces, feitos semelhantemente aos de Portugal e comercializados nos mercados da cidade, fornecem dados para entender o gosto desse povo (Figuras números 7 e 8). Não é produzido apenas um tipo de sabor, mas alguns dos mais conhecidos, trazidos para um Brasil múltiplo, estão carregados de memórias de outras terras.



**Figuras números 7 e 8 – Doces típicos portugueses, Green Fruit, Supermercado.**

Fotografia de Elis Regina Barbosa Angelo, 2015.

O restaurante *Parrô do Valentim* traz em seu cardápio essas dicas culinárias de algumas famílias. As próprias alheiras, confeccionadas no restaurante *Transmontano*, também se originam de receitas trazidas pelos imigrantes portugueses à cidade. Na verdade,

As receitas, por sua vez, envolvem produtos simples de serem obtidos em Portugal, ou nas colônias (amêndoas, açúcar, farinha de trigo e de milho, canela, cravo-da-india, erva-doce, manteiga de vaca e de porco, leite). São doces tradicionais, semelhantes a outros presentes em livros de receitas portuguesas, como as famosas barriguihas-de-freira, os pastéis de nata, ou os manjares de leite (manjar celeste). Este último de origem incerta, mas segundo Maria José Azevedo Santos, já conhecido na Espanha e na França por volta do século XIV. Os “alfitetes de Santa Clara”, da irmã Leocádia (termo de origem árabe, registrado desde o século XIV, e que significa “bocadinho”, “migalha”), assemelham-se aos “maça pães” ou bolinhos doces feitos com açúcar em ponto e amêndoas pisadas, que as clarissas quinhentistas de Santarém já produziam<sup>26</sup>.

Esses espaços culinários da cidade não apenas representam um grupo, mas fornecem elementos de memória, que traduzem a importância que estes tiveram na formação de Petrópolis. A história petropolitana desenvolve-se pelos sujeitos que vieram e fortaleceram suas raízes e suas lembranças nos objetos, nos espaços e nas próprias relações imateriais, como as receitas, os sons, as “vozes”, que contaram e contam sobre o passado.

Além das comidas em supermercados e dos cardápios de bares e restaurantes, outras expressões, lugares e pessoas também trazem um pouco das memórias dos grupos portugueses, como é o caso do Hospital no Bairro Valparaíso, a Sociedade Médico Hospitalar-SMH, onde a Beneficência Portuguesa, fundada em 25 de outubro de 1965, corrobora as expressões lusitanas na cidade (Fig. n.º 9).



**Figura n.º 9 – Beneficência Portuguesa.**

Fotografia de Elis Regina Barbosa Angelo, 2015.

<sup>26</sup> ALGRANTI, 2002: 401.

Essa instituição, a Beneficência Portuguesa, criou laços no país inteiro, por ter sido fundada por imigrantes vindos de Portugal. Em Petrópolis também foi assim, a SMH ganhou espaço na história da cidade, tornando-se, não apenas uma referência na saúde, mas na vida de seus moradores. Até porque as cores e a arquitetura de sua fachada rememoram as raízes e a própria identidade portuguesa, criando um laço com os protagonistas da construção da cidade e seus distritos.

### **Algumas reflexões finais**

Ao analisar as referências dos portugueses em Petrópolis, percebe-se que também há indícios formados em temporalidades e expressividades distintas, daqueles que protagonizaram a formação da cidade, apesar do número de chegadas ser muito menor que de outros contingentes, como é o caso dos alemães. Das memórias materiais – a culinária, os restaurantes, os pratos típicos, a arquitetura – à presença de memórias imateriais – como a família Corrêa, que trouxe a imagem da Nossa Senhora do Amor Divino para a pequena capela de sua fazenda –, todas têm seus sentidos dentro da formação da identidade, da fé e de outras expressões.

As características desses portugueses acabam sendo fortalecidas pela religião como um encontro de símbolos arraigados no grupo, desde os primeiros que chegaram à cidade, até à atualidade, com as expressões sendo modificadas na sua forma, mas não na sua essência, como é o caso da Igreja, atual Santuário, em Corrêas. Assim, as expressões religiosas vão absorvendo sentidos do passado e do presente, formando novos adeptos ou continuidades de gerações de fiéis. Essa forma de reter ou se apropriar do passado é algo que pertence ao indivíduo contemporâneo, de acordo com Nora (1999).

Percebendo-se que, quanto maior o seu distanciamento da história, sua própria história, mais necessidade ele tem de reconstituir-se, a partir das memórias do passado, como é o caso das expressões na cidade.

Os grupos sociais, as etnias e comunidades vão sendo formas de pertencer a lugares específicos e os e/imigrantes também fazem parte desses indivíduos, que demarcam suas identidades, seja pelos sabores, fé, imagem ou qualquer outra figura, que os identifique num grupo, coletivamente, na opinião de Halbwachs (1990). Cada cidade divide os grupos sociais de formas distintas, mas congrega os seus semelhantes de forma a agregar valores e sentidos no momento da união, como é o caso da religião, da fé, da alimentação, do culto aos símbolos e expressões entre outros. Os bairros formados por grupos vão, ao longo dos anos, sendo misturados, mas as memórias aproximam-os mesmo com essas distâncias.

Enfim, a cidade de Petrópolis apresenta em sua formação marcas e expressões de Portugal, trazidas desde o século XVIII até o movimento de imigrantes açorianos no século XIX. Porém, muitas pesquisas e publicações preocupam-se especialmente com a maciça colonização alemã, esquecendo de outros protagonistas, como os portugueses. Então, nosso intento foi trazer algumas marcas lusas existentes na cidade, a fim de apresentar um pouco das histórias escondidas ou mesmo insuficientemente visualizadas no dia-a-dia da população petropolitana. Ao citar, descrever e analisar uma parte dessas referências intenta-se, ainda que parcialmente, abrir espaço para as pesquisas sobre esse assunto tão relevante. A menção aos portugueses é uma forma de evidenciar os outros imigrantes talvez menos expressivos em números, que compuseram Petrópolis, alinhados aos grupos maiores, contudo significativos em símbolos espalhados pela cidade, mas também formadores da sociedade petropolitana e de suas expressões, marcas e manifestações.

## Fontes e Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan, 2002 – “Doces de ovos, doces de freiras: a doçaria dos conventos portugueses no livro de receitas da irmã Maria Leocádia do Monte do Carmo (1729)”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.º 17-18.
- BOURDIEU, Pierre, 1989 – *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.
- Comunidade Católica de São, s.d. – *31 de maio: Devoção a Nossa Senhora do Amor Divino, padroeira da Diocese de Petrópolis*. Disponível em: <[http://www.comunidadesiao.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2192%3A31-de-maio-devocao-a-nossa-senhora-do-amor-divino-padroeira-da-diocese-de-petropolis&catid=106%3Amaria&Itemid=85](http://www.comunidadesiao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2192%3A31-de-maio-devocao-a-nossa-senhora-do-amor-divino-padroeira-da-diocese-de-petropolis&catid=106%3Amaria&Itemid=85)> [consult. 31 de mar. 2014].
- ELÍADE, Mircea, 1991 – *Imagens e Símbolos: Ensaio sobre o simbolismo mágico religioso*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELÍADE, Mircea, 1992 – *O mito do eterno retorno*. Rio de Janeiro: Mercuryo.
- ELÍADE, Mircea, 2001 – *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel, 2008 – *Arqueologia do Saber*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HALBWACHS, Maurice, 1990 – *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- HALL, Stuart, 2000 – *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- INEPAC, 2004 – *Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 1970 – *Processo N.º 0808-T-68. Livro Belas Artes*, v.1; fl. 90. Rio de Janeiro.
- MACHADO, Antonio, 1941 – *Trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis*, vol. IV. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis.
- MALINOWSKI, Bronislaw C, 1976 – *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural.
- NORA, Pierre, 1999 – “Les lieux de mémoire”, in RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (org.) – *L'histoire aujourd'hui*. Auxerre: Sciences Humaines Éditions.
- OLIVEIRA, Paulo Roberto Martins de, 1938 – *Quatro Etnias na Fundação de Petrópolis: Africanos, Alemães, Franceses e Portugueses*. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <[www.ihp.org.br](http://www.ihp.org.br)> [consult. 22 de mar. 2015].
- RABAÇO, Henrique José, 1985 – *História de Petrópolis*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis.
- Seminário Diocesano Nossa Senhora do Amor Divino, s.d. – “Origem da devoção à Nossa Senhora do Amor Divino: A Família Corrêa. Seminário Diocesano Nossa Senhora do Amor Divino”. *Nossa História*. Disponível em: <<http://www.seminario.com.br/~web/index.php/bispo-de-petropolis>> [consult. 13 de mar. 2014].
- SEYFERTH, Giralda, 1990 – *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SILVEIRA, J. D., 1942 – *Portugueses na Formação de Petrópolis*, vol.V. Petrópolis: Prefeitura Municipal de Petrópolis.
- SOARES, J. J., 2014 – *Petrópolis: Ontem e Hoje*. Petrópolis: Texto Editora.
- TAULUIS, Antônio Eugênio, 2007 – *História de Petrópolis*. Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis/ Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/fct/index.php/turismo/conheca-petropolis/historia-de-etropolis.html>> [consult. 10 de out. 2011].